

Produção do conhecimento sobre ações afirmativas na universidade do estado de Santa Catarina (UDESC): um estado da arte

Knowledge production on affirmative action at the University of the State of Santa Catarina (UDESC): a state of the art

Janine Soares de Moraes

Graduanda em História
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
janinesoaresrm@gmail.com

Ana Júlia Pacheco

Doutoranda no Programa de Pós-graduação de História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
anajulia.hp@gmail.com

Karla Leandro Rascke

Doutora em História Social
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
karla.rascke@unifesspa.edu.br

Vera Márcia Marques Santos

Doutora em Educação
Universidade do Vale do Rio do Sinos (Unisinos)
vera.santos@udesc.br

Recebido em: 28/09/2021

Aprovado em: 20/11/2021

Resumo: Na tentativa de compreender como a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) constrói historicamente suas políticas de inclusão e ações afirmativas (AA), realizamos um mapeamento da produção do conhecimento sobre o tema/objeto AA na UDESC. Nosso objetivo com este estudo é construir um estado da arte, identificando e sistematizando os conhecimentos efetuados em torno das ações afirmativas na instituição e o seu lugar no monitoramento, manutenção e aprimoramento da política na instituição. Almejamos discutir balanços, recomendações e considerações levantadas por autores e autoras, destacar escolhas temáticas recorrentes, concepções das políticas de cotas e abordagens teóricas e metodológicas privilegiadas nestes trabalhos. Para este estudo realizamos uma pesquisa bibliográfica nas principais bases de dados, organizando um

levantamento qualitativo e quantitativo de 51 materiais, com recorte temporal entre 1990 e 2019. Encontramos indicativos importantes como a necessidade de investimento em monitoramento e avaliação da política de AA.

Palavras-chave: Ações Afirmativas; UDESC; Universidade.

Resumen/Abstract: In an attempt to understand how the University of the State of Santa Catarina (UDESC) historically constructs its inclusion and affirmative action (AA) policies, we carried out a mapping of the production of knowledge on the subject/object AA at UDESC. Our objective with this study is to build a state of the art by identifying and systematizing the knowledge made around affirmative actions at UDESC and their place in the monitoring, maintenance and improvement of policy in the institution. We aim to discuss the balances, recommendations, and considerations raised by their authors and authors, the recurring thematic choices, the conceptions of quota policies, the theoretical and methodological approaches privileged in these works. For this study, we carried out a literature search in the main databases, organizing a qualitative and quantitative survey of 51 materials, with a time frame between 1990 and 2019. We found important indicators such as the need to invest in monitoring and evaluating the AA policy.

Palabras clave/Keywords: Affirmative Actions; UDESC; University.

Introdução

O presente trabalho realiza um balanço do conhecimento produzido acerca do processo de formulação e implementação do Programa de Ações Afirmativas (PAA) na *Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)*, aprovado no Conselho Universitário (CONSUNI) em 2009 e executado a partir de 2011. Fruto de diferentes lutas sociais, as ações afirmativas (AA) fazem parte de um conjunto mais amplo de políticas compensatórias, para findar as desvantagens vivenciadas por grupos historicamente discriminados, que tiveram dificuldade de acesso aos seus direitos.

No Brasil, a partir do final do século XX, as AA integram principalmente as discussões sobre relações raciais suscitadas pelos movimentos antirracistas atuantes desde a década 1970, e adentram a agenda nacional com a criação de ações e mecanismos para o combate à desigualdade racial. Neste percurso, que promoveu o acesso de estudantes de escola pública - de baixa renda, negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência -, aos cursos universitários, também se somam diferentes

estudos e investigações promovidos por pesquisadores e pesquisadoras ligados a grupos de pesquisas, núcleos e centros de estudos. Estas produções têm avaliado dados e indicadores, elaborando balanços e reflexões que propiciam uma compreensão mais ampla e qualificada dos impactos políticos, econômicos, sociais e educacionais dos programas de ações afirmativas nas mais diversas instituições e regiões do Brasil¹.

Nestes mais de dez anos da presença do PAA na UDESC, verificamos esse mesmo movimento, com algumas iniciativas pontuais de pesquisa e de debate em torno das experiências de acesso neste espaço universitário. A partir de um estudo desenvolvido no âmbito do *Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UDESC)*, realizamos uma investigação com o objetivo de mapear o que havia sido produzido em torno das AA na UDESC.

A produção do presente artigo inicia-se com questões e reflexões suscitadas desde 2018, a partir da proposição de uma mobilidade estudantil² entre a *Universidade do Sul e Sudeste do Pará-Unifesspa* e a UDESC, com uma ação voltada para desenvolver um estudo comparado sobre as

¹ Sobre trabalhos que analisam diferentes produções, indicamos: CARVALHO, Emanuel Manguiera de. **Ações afirmativas no ensino superior**: a produção acadêmica nas Universidades Estaduais Paulistas de 1990 a 2012. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2014. CARVALHO, Emanuel Manguiera de. **A produção do conhecimento sobre ações afirmativas nos programas de pós-graduação no Brasil**: balanços e perspectivas. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas-SP, 2019. SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; BORBA, Carolina dos Anjos de Borba. Políticas Afirmativas na Pesquisa Educacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 151-191, maio/jun. 2018. POLETO, Daniela Basso; EFROM, Cora; RODRIGUES, Maria Beatriz. Ações Afirmativas no Ensino Superior: revisão quantitativa e qualitativa de literatura. **Revista Electrónica Educare** (Educare Electronic Journal) Vol. 24(1) enero-abril, 2020. FAEDO, Juliane Yukie Yamamoto Faedo; Yamamoto, Viviane Suemi; LOPES, José Carlos de Jesus. Ações Afirmativas no Brasil: Uma Pesquisa Bibliométrica. **Desafio Online**, Campo Grande, v.5, n.3, Set./Dez. 2017. THIJM, Franklin Eduard Auad, **O que dizem teses e dissertações sobre relações raciais em educação (2004-2013)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2014. SANTANA, Leila Lima de Souza; MACIEL, Carina Elisabeth. “Estado do Conhecimento” sobre acesso e permanência na Educação Superior e o Programa Incluir. In: **XII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-oeste**: Reunião Científica Regional da ANPED, Goiânia-GO 2014. KIM, Richard Pae. TOMMASIELO, Flávia Carneiro. A produção acadêmica jurídica sobre as Ações Afirmativas no Brasil (2013 a 2016): teses e dissertações sob a ótica dos direitos humanos e fundamentais. **Revista de Direito Brasileira**, São Paulo, SP v. 19, Jan./Abr, 2018.

² Quem propõe a mobilidade é Janine Soares da de Moraes, em 2019 bolsista de extensão do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC, uma ação planejada para o 1º semestre de 2020 e interrompida pela pandemia do COVID-19.

ações afirmativas entre as duas instituições. Assim nasceu o Projeto de Pesquisa Estudo Comparado³: Ações Afirmativas para População Negra, em Especial Comunidades Quilombolas e Povos Indígenas – UDESC/SC – UNIFESSPA/PA (2009-2019). Gestado no NEAB/UDESC⁴, ele é fruto de um termo de cooperação técnico-científico entre as duas universidades e objetiva auxiliar na criação de uma proposta de processo seletivo específico e políticas de acompanhamento, permanência e apoio estudantil que possam ser apresentados à UDESC, visando ampliar as políticas de ação afirmativa já existentes na instituição.

Para realizar este estudo pesquisamos nas principais bases de dados, quais sejam: BDTD⁵, Catálogo de Teses e Dissertações⁶ e SciELO⁷. A fim de nos certificarmos que trabalhos específicos não ficariam de fora, buscamos no sistema *Pergamum* da UDESC e da UFSC⁸ e também no *Google Acadêmico*⁹, onde encontramos trabalhos diversos como: documentos institucionais, eventos e diferentes produções de acadêmicos/as para disciplinas em cursos de graduação, conduzindo a mais um local de busca, o *YouTube*¹⁰, no qual encontramos vídeos importantes sobre nosso tema. Com a utilização de palavras-chaves e termos combinados, como “Ações Afirmativas”, “Cotas”, “Cotistas”, “Inclusão” e “UDESC”, efetuamos um levantamento qualitativo e quantitativo de 51 materiais¹¹, com recorte temporal entre 1990 e 2019.

³ Coordenado pela Professora Doutora Vera Marcia Marques Santos da UDESC e pela Professora Doutora Karla Leandro Rascke da UNIFESSPA.

⁴ Coordenadora pela Professora Mestre Maria Helena Tomaz.

⁵ BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES, 2021. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 01 mar. 2021.

⁶ CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2021. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 02 mar. 2021.

⁷ SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE – SCIELO, 2021. Disponível em: <https://scielo.org/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

⁸ BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2021. Disponível em: <https://pergamum.ufsc.br/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

⁹ GOOGLE ACADÊMICO, 2021. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 02 mar. 2021.

¹⁰ YOUTUBE BRASIL, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso em: 03 mar. 2021.

¹¹ Tipos e quantidades de materiais encontrados: 2 livros, 2 teses, 13 dissertações, 2 TCCs, 19 artigos, 1 resumo, 2 eventos e 10 vídeos.

Tomando essa produção de saberes como objeto de estudo, nosso objetivo é construir um estado da arte identificando e sistematizando os conhecimentos efetuados em torno das ações afirmativas na *UDESC* e o seu lugar no monitoramento, manutenção e aprimoramento da política na instituição. Almejamos discutir balanços, recomendações e considerações levantadas por autores e autoras, bem como as escolhas temáticas recorrentes, as concepções das políticas de cotas e as abordagens teóricas e metodológicas privilegiadas nestes trabalhos. Seguimos um protocolo de leitura e escrita que consiste primeiro em realizar um resumo linear acompanhando a lógica do texto e, na sequência, fazer uma segunda leitura para compreensão estrutural do material (GIL, 2002) e analisar as informações e os aspectos principais das leituras (BARROS, 2005).

Consideramos imprescindível o exercício da reflexão e da crítica sobre os processos de construção e produção de conhecimento. Além de oferecer uma visão geral do que vem sendo problematizado no campo das ações afirmativas em educação, especialmente no Ensino Superior, os estudos efetuados produzem resultados a médio prazo, explicitam diferentes diagnósticos acerca das desigualdades educacionais, apontam problemas e introduzem questionamentos à política, contribuindo com as universidades no desafio de democratização do acesso e da permanência na graduação, bem como avaliação e reelaboração de seus programas, mecanismos e procedimentos.

Neste sentido, o artigo está dividido em três partes. Num primeiro momento, abordamos a trajetória de formulação e implementação da política de ações afirmativas no Brasil. Na seção seguinte voltamos-nos para o Programa de AA na *UDESC*. Na última parte analisamos os trabalhos que se debruçaram sobre as experiências e os dados das ações na *UDESC*, construindo um Estado da Arte, e finalizando, em seguida, com nossas considerações gerais.

Ações Afirmativas no Brasil

A definição de ações afirmativas foi amplamente explorada no Brasil e no mundo. Para este trabalho apresentamos a definição de dois autores que vem produzindo discussões sobre AA em educação, aplicada ao Ensino Superior. Segundo Feres, (2018, p. 14) todo programa, “seja público ou

privado, que tenha o objetivo de garantir acesso a recursos e direitos para grupos da sociedade que tenham sido desfavorecidos, visando o bem coletivo podem ser considerados ação afirmativa”. Santos (2020, p. 71) destaca que “Ação afirmativa é uma terminologia utilizada para definir as iniciativas públicas ou privadas que têm como objetivo alterar realidades sociais estruturalmente marcadas por desigualdades.”

Partindo deste entendimento, voltamos nosso olhar investigativo para a trajetória de implementação no Brasil. Falar de ações afirmativas no Brasil é também falar da história de lutas dos Movimentos Negros. Neste contexto destaca-se Abdias do Nascimento, importante artista, intelectual, ativista pelos direitos civis da população afro-brasileira, deputado federal entre 1983 a 1987 e senador da República de 1997 a 1999. Em seu projeto de lei 1.332 de 1983, propôs ações compensatórias que visavam implementar o princípio da isonomia social do negro. Por sua vez o período de democratização do Brasil, com o protagonismo dos movimentos negros, indígenas, mulheres e demais grupos historicamente alijados, garante um importante avanço destas iniciativas públicas em busca da igualdade.

Ainda com o olhar na questão brasileira, temos dois importantes marcos que impulsionam a formulação e implementação de políticas de ações afirmativas. O primeiro marco importante aconteceu em 2001 no ano Internacional de Mobilização contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.

A Conferência Durban, gerou debates e o documento de compromisso com a Carta das Nações Unidas e com Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reconhece a importância fundamental que os Estados têm no combate ao racismo e à discriminação. A partir desta data inicia-se de forma tímida a discussão sobre ações afirmativas no Brasil, conforme artigo publicado em 2001 pelo jurista Dr. Joaquim Barbosa, ao afirmar à época, que o tema era pouco conhecido em sua concepção e em suas múltiplas formas de implementação. No referido estudo, Gomes apresenta uma definição de Ação Afirmativa:

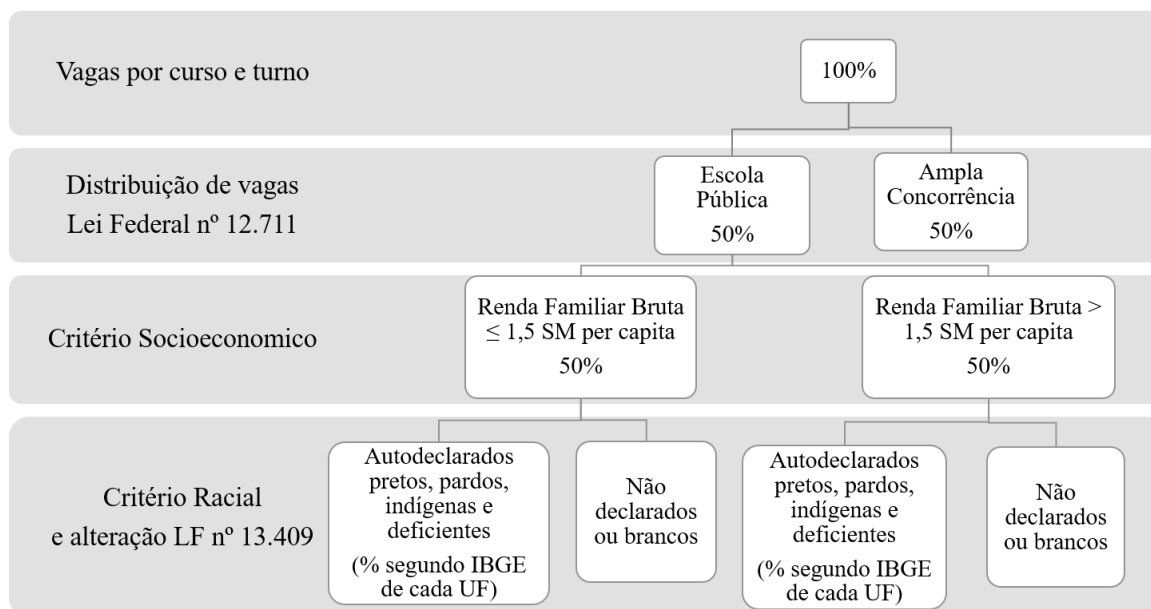
As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. (GOMES, 2001, p. 132)

Neste contexto de lutas por direitos, democratização e ampliação do debate sobre ações afirmativas, adentramos o novo milênio com a promulgação de importantes leis com o objetivo de mitigar as desigualdades no país, tendo grande impacto para as AA no âmbito da educação, especialmente no acesso ao Ensino Superior. Algumas delas são: Lei Federal nº 10.558 de 13 de novembro de 2002, que cria o Programa de Diversidade na Universidade; Lei Federal nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI; e o segundo marco importante, a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas. Esta última dispõe sobre o ingresso nas universidades federais, garantindo

[...] em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (BRASIL, 2012).

Apresentando a configuração abaixo (Figura 1), a primeira condição para ingresso nas universidades federais é ser egresso de escola pública; o segundo critério é o socioeconômico, separando os estudantes de escola pública em dois grupos a partir de sua renda; e o terceiro critério, subordinado aos dois primeiros, é o racial, respeitando a autodeclaração de cada candidato/a e com especial atenção às diferenças populacionais de cada localidade. Em 2016 a referida lei foi alterada pela Lei Federal nº 13.409 para incluir pessoas com deficiência.

Figura 1. Estrutura da LF N° 12.711/2012



Fonte: Estudo Comparado: Ações Afirmativas para População Negra, em Especial Comunidades Quilombolas e Povos Indígenas – UDESC/SC – UNIFESSPA/PA (2009-2019).

Para as universidades estaduais, a formulação e a implementação de ações afirmativas dependem das discussões em cada Unidade Federativa - UF. Entretanto, desde 2002 as Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais procuram implantar políticas de ação afirmativa, como é o caso da UEMS – *Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul*, que instituiu acréscimo de vagas a partir da Lei Estadual nº 2.589 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a reserva de vagas para indígenas. No Rio de Janeiro temos a Lei Estadual nº 4.151 de 05 de setembro de 2003, que dispõe sobre sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas estaduais (PAIVA, 2010).

O Programa de Ações Afirmativas na UDESC

A *Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)* foi criada em 1965, na época chamada Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, em um período da história brasileira contextualizado pelo regime Civil Militar (1964-1985). Em seus mais de 55 anos, vem oferecendo cursos gratuitos, nos 12 *campi* espalhados pelo estado.

Uma de suas primeiras ações afirmativas com recorte racial, que conseguimos mapear com a pesquisa bibliográfica, aconteceu em 2002, quando quarenta mulheres negras da Grande Florianópolis iniciaram na primeira turma de uma ação afirmativa do Curso de Pedagogia a distância do *Centro de Educação a Distância (CEAD/UDESC)*. Elas ingressaram na universidade a partir do desenvolvimento do Projeto “Formando Educadoras Negras”, proposto pela Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB)¹².

Em 2003, a *UDESC* criou formalmente o *Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB)*¹³ com a finalidade de auxiliar na produção e disseminação do conhecimento por meio de ensino, pesquisa e extensão, no desenvolvimento de políticas de diversidade étnico-racial, promoção de igualdade e valorização das populações de origem africana e indígena (CARDOSO, 2014). Com uma equipe multidisciplinar e interétnica formada por estudantes de graduação e pós-graduação, professores/as, técnicos/as, pesquisadoras/es associadas/os, movimentos sociais e comunidade, o núcleo acompanhou a criação, participou da implementação e incentivou diferentes políticas de AA na *UDESC*.

¹² Sob a coordenação das professoras Neli Góes Ribeiro e Altair Lucio, elas compuseram o projeto “Antonietas” (CARDOSO, 2014).

¹³ PORTARIA 577/03. Cria o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC. Data Publicação: 12/08/2003, Diário Oficial n. 17.214.

As discussões sobre uma política de ações afirmativas na UDESC iniciam em 2006, quando o Projeto de Lei nº 0353.2/2001 da *Assembleia Legislativa de Santa Catarina-ALESC*¹⁴ foi “deliberado ao Conselho Universitário (Consuni) da Udesc pelo parecer do Deputado Paulo Eccel” (BRETERNITZ, 2017, p. 17) e, após as considerações do CONSUNI, constitui-se Comissão Especial¹⁵ para, em nome da autonomia universitária, formular e implementar sua política de AA.

Entre 2009 e 2014 tivemos a criação, a revogação e algumas alterações de resoluções no CONSUNI: Resolução nº 015/2009, que cria e regulamenta o Comitê de Articulação das Ações de Inclusão na UDESC/COMINC; Resolução nº 017/2009, que cria e regulamenta a Política de Inclusão na UDESC; Resolução nº 043/2009, que aprova o Programa de Ações Afirmativas-PAA da UDESC, revogada no ano seguinte pela Resolução nº 033-2010, que também retira as vagas suplementares destinadas a pessoas com deficiência e indígenas. Esta última passou ainda por alteração no ano seguinte (Resolução nº 017/2011), sendo esta a resolução vigente até o momento de escrita deste artigo.

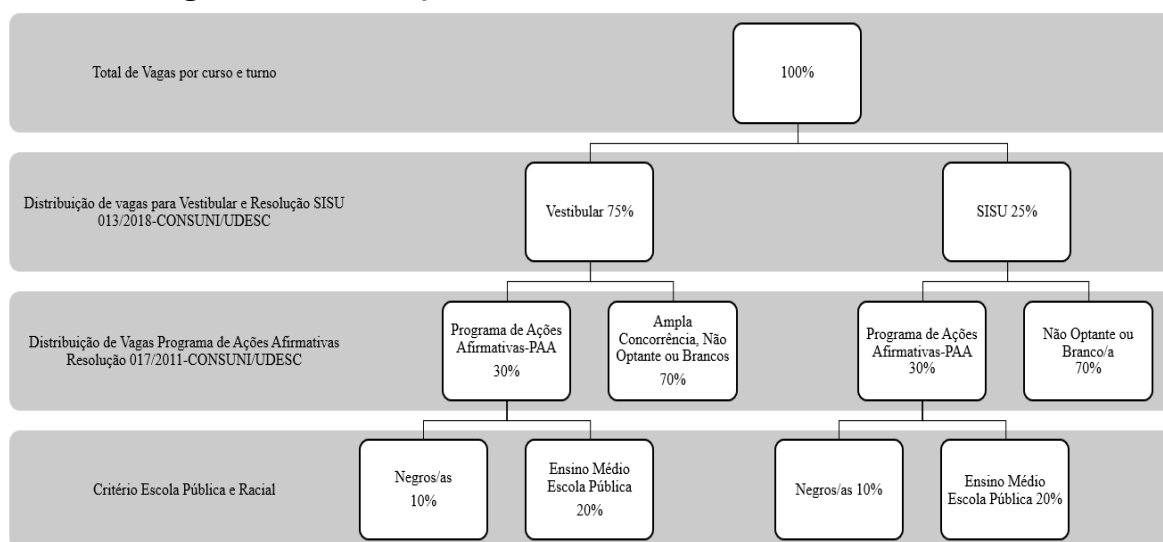
É importante dizer que, dois anos depois, uma nova alteração no Programa de Ações Afirmativas aconteceu com a Resolução nº 067/2013, sendo retirada do texto a Comissão de Verificação. A partir de então as comissões só se realizam mediante denúncia. No ano seguinte, com a Resolução nº 044/2014, temos nova redação referente às cotas para escola pública, sendo exigido somente cursar Ensino Médio em instituições públicas e não mais Ensino Fundamental e Médio.

¹⁴ PROJETO DE LEI nº 0353.2/2001. Estabelece reserva de vagas na UDESC para alunos egressos da rede pública de ensino, e adota outras providências. Disponível em: http://www.alesc.sc.gov.br/legislativo/tramitacao-de-materia?palavra-chave=0353.2&subfiltro_autor=215&pagina=1. Acesso em: 20 out. 2020.

¹⁵ PORTARIA nº 925/07. Designa Comissão Especial. Data Publicação: 06/11/2007, Diário Oficial n. 18.242. “Art. 1º Fica instituída Comissão Especial para promover estudos das sugestões já encaminhadas pelos Centros e apresentar proposta de resolução para ser submetida ao CONSUNI sobre o ‘estabelecimento de um sistema de vantagens na forma de pontos adicionais no vestibular aos candidatos que cursaram o ensino fundamental e médio em escola da rede pública, ou que se declararem negros, pardos ou indígenas de acordo com a definição do IBGE”.

Para compreender como estão dispostas as vagas e os percentuais no PAA da UDESC, apresentamos o quadro a seguir (Figura 2). Das vagas disponibilizadas no vestibular, que correspondem a 75% do total, 30% são destinadas ao Programa de Ações Afirmativas-PAA¹⁶, sendo 20% para candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em instituições públicas e 10% para candidatos autodeclarados negros, “entendidos como pessoas que possuem fenótipos que os caracterizam na sociedade como pertencentes ao grupo racial negro” (UDESC, 2011). Há ainda o preenchimento de 25% por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), com as notas dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

Figura 2. RESOLUÇÃO N° 017/2011 + N° 013/2018 – CONSUNI



Fonte: Estudo Comparado: Ações Afirmativas para População Negra, em Especial Comunidades Quilombolas e Povos Indígenas – UDESC/SC – UNIFESSPA/PA (2009-2019).

Produções sobre Ações Afirmativas na UDESC: análises, perspectivas e desafios

A partir da pesquisa coletamos e identificamos 51 trabalhos que abordaram a temática, categorizando-os em dois blocos: produções que tem como tema e objeto de estudo as ações afirmativas na UDESC, contendo treze (13) materiais (Quadro 1); e as produções que citam as ações

¹⁶ RESOLUÇÃO n° 017/2011 – CONSUNI. Altera o Programa de Ações Afirmativas da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, aprovado pela Resolução n° 33/2010 – CONSUNI.

afirmativas na *UDESC*, somando trinta e oito (38) materiais. Este artigo se debruça somente no primeiro bloco¹⁷, analisando os trabalhos descritos no Quadro 1.

O título dos trabalhos, apontam para uma análise e reflexão de diferentes aspectos da Política de Inclusão e Programa de Ações Afirmativas-PAA da *UDESC*. Chama atenção os espaços em que as produções são apresentadas e/ou discutidas, 8 ou 61% estão presentes em anais ou *e-books* de eventos nacionais e internacionais. Em relação aos/as autores/as percebemos um dado expressivo: 11 materiais (85%) são produções, ou tem a participação, de integrantes do *NEAB/UDESC*.

¹⁷ Devido ao limite de laudas deste trabalho, o segundo bloco de materiais será abordado em outra produção pelas autoras. Importa apresentar que os trinta e oito materiais que citam as ações afirmativas na *UDESC* - 13 artigos, 13 dissertações, 8 vídeos, 2 teses e 2 livros -, mostram o tempo e os espaços de debate em que os/as pesquisadores/as estão inseridos/as, indicando a visibilidade das ações afirmativas da *UDESC* com alcance regional, nacional e internacional. Geralmente, os trabalhos enfatizam o compromisso da instituição na implementação de AA, pois antes da Lei de cotas, a *UDESC* já havia implementado seu PAA em 2011.

Quadro 1. Trabalhos com objeto temático ações afirmativas na UDESC

Cod.	Título	Apresentado em	Tipo	Autoras/es	Base de dados ou Local Consulta	Ano
1	Justificativas para a Implantação de uma Política de Ação Afirmativa na UDESC	CONSUNI UDESC	Artigo	Comissão Especial Portaria 92507-UDESC	Google Acadêmico	2009
2	Educação e Cidadania de 03.10.2009 - 2º Bloco	Educação e Cidadania News	Vídeo	Educação e Cidadania-TV BV	YOUTUBE	2009
3	Espaço de Referência Ações Afirmativas (ERAA): Projeto de suporte aos alunos cotistas da Universidade do Estado de Santa Catarina	GEALA	Artigo	Paulino J. F. Cardoso, Saete T. Pompermaie, Franciéle C. G. Silva, Carol L. Carvalho, Ticiane C. Abreu - UDESC	Google Acadêmico	2015
4	Por que Cotas? Políticas de ações afirmativas nas universidades	disciplina Prática Curricular: Imagem e Som II, Graduação História	Vídeo	Kelly C. Noll da Silva - UDESC	YOUTUBE	2016
5	I Simpósio de Ações Afirmativas da UDESC: Experiências de Alunos/as Afrodescendentes e Indígenas na Graduação	FAED/UDESC	Evento	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros-NEAB/UDESC	Google Acadêmico	2016
6	Análise do Programa de Ações Afirmativas da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) - 2007-2017	ADM Pública/ESAG	TCC	Lourdes Daiana Ferriol Breternitz-UDESC	Pergamumweb.udesc.br	2017
7	Muito além do vestibular: a política de acolhimento de estudantes cotistas na UDESC	GEALA	Artigo	Paulino J. F. Cardoso, Maria Eduarda Quirino de Oliveira, Mariana Vitória S. Penha, João V. J. Doneda - UDESC	Google Acadêmico	2017
8	Ações Afirmativas no Acesso ao Ensino Superior Público: a Experiência da UDESC (2011 – 2016)	VI Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça - SERNEGRA	Resumo	Paulino J. F. Cardoso, Daniela Rieg, João V. J. Doneda - UDESC	Google Acadêmico	2017
9	Mesa-Redonda: Ações afirmativas: balanços e projeções	IIICOPENESUL	Evento	Paulino J. Cardoso (UDESC), Dora Lúcia Bertúlio (UFPR) e Georgina Helena Lima (UFPEL)	Google Acadêmico	2017
10	Memorial Antonieta de Barros: A Experiência de Iniciativas de Promoção da Igualdade Racial Por Meio de Projetos de Extensão Universitária	35º SEURS - UNILA	Artigo	Paulino J. F. Cardoso, Mariana Probst, Moroni N. Fernandes - UDESC	Google Acadêmico	2017
11	As ações afirmativas e os desafios da luta pela igualdade na conjuntura atual	Revista Pedagógica-PPGE UNOCHAPECÓ	Artigo	Paulino J. F. Cardoso - UDESC	Google Acadêmico	2017
12	Entre o racismo e o sexismo: Mulheres afrodescendentes e as ações afirmativas em uma instituição de ensino superior de Santa Catarina, Brasil	IV Colóquio Internacional Esial	Artigo	Graziela S. Lima, Cristiane Mare da Silva, Franciéle C. Garcês da Silva, Ana Júlia Pacheco e Carol Carvalho - UDESC	Google Acadêmico	2018
13	As Ações de Apoio Estudantil da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC	XIX Col. Internacional Gestão Universitária	Artigo	Ana Elise Cardoso Inácio - UDESC	Google Acadêmico	2019

Fonte: Estudo Comparado: Ações Afirmativas para População Negra, em Especial Comunidades Quilombolas e Povos Indígenas – UDESC/SC – UNIFESSPA/PA (2009-2019).

Pela própria característica das produções, a maioria foi encontrada na plataforma do *Google Acadêmico*. O ano de 2017 tem o maior número de produções, principalmente pela criação e atuação do Projeto Espaço de Referência de Ações Afirmativas-ERAA/UDESC, existente desde 2014, designado pelas Portarias nº 088, de 31/01/2014 e nº 0051¹⁸, de 30/01/2015, que definia seus membros e período de atuação. Estas produções ocupam um lugar na formulação, implementação, monitoramento, manutenção e aprimoramento da política na instituição. Para melhor explicitar usaremos os códigos (Cod.) apresentados no Quadro 1.

Dentre os materiais produzidos em 2009, temos um intitulado “Justificativas para a Implantação de uma Política de Ação Afirmativa na UDESC” (Cod. 1 e 2), que expõe o processo de formulação, o contexto da *UDESC* à época, os objetivos e as metas do PAA. O texto produzido pela Comissão Especial¹⁹ introduz informações importantes para servir de base às deliberações do CONSUNI, evidenciando as justificativas para a implantação de uma política de ação afirmativa na *UDESC*, expressa em uma proposta de resolução.

Os trabalhos apresentados a partir de 2015 trazem aspectos da implementação e indicam a necessidade de instrumentos de monitoramento e avaliação do PAA. No texto produzido sobre o ERAA²⁰ (Cod. 3), temos um projeto de suporte aos estudantes cotistas na *UDESC*, objetivando:

Prestar suporte aos acadêmicos oriundos de ações afirmativas (cotistas étnicos e de escola pública) e em situação de vulnerabilidade econômica e social, além de alunos do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), propondo ações

¹⁸ O Reitor da UDESC, no uso de suas atribuições e de conformidade com a delegação de competência prevista nos incisos VII e XVI, do artigo 28, do Estatuto da UDESC, RESOLVE: Designar, de 01/01/2015 a 31/12/2016, Paulino De Jesus Francisco Cardoso como Coordenador do Espaço de Referência e Fátima Costa De Lima, Maria Aparecida Clemencio, Thayna Duarte, Maria Gerlane, Mariah Amanda Da Silva, Thuanny Bruno Rodrigues Paes e Vera Márcia Marques Santos como membros.

¹⁹ PORTARIA nº 925 de 31/10/2007. Em 03 de abril de 2008, pela Portaria nº 242/08, o prazo para entrega dos trabalhos é prorrogado até 15 de maio de 2008. Em setembro de 2008 é designada a Comissão Especial de Ações Afirmativas no processo seletivo da UDESC. O referido texto é resultado dos trabalhos destas comissões especiais, disponibilizado pela Secretaria dos Conselhos Superiores-SECON como um dos documentos importantes apresentado em reunião ordinária do Conselho Universitário – CONSUNI, realizada no dia 09 de julho de 2009.

²⁰ O referido texto foi disponibilizado no E-Book da Quarta Jornada do Grupo de Estudos Afrolatinoamericanos-GEALA de 2015. O GEALA é um espaço de encontro e discussão interdisciplinar de estudos sobre escravidão e afrodescendentes na Argentina e América Latina, com o objetivo de propor um intercâmbio de ideias, metodologias e conhecimentos. O/as autor/as do referido texto são integrantes do NEAB/UDESC.

específicas que auxiliem no desempenho acadêmico e social dos/as graduandos/as envolvidos (CARDOSO, 2015, p. 4).

Trabalhando nas três dimensões da universidade - ensino, pesquisa e extensão -, o/as autor/as mobilizam dados para mostrar que o projeto realizou uma série de ações²¹ para auxiliar no desempenho acadêmico e social dos/as graduandos/as cotistas. Os dados indicados pelo ERAA e a vivência nas ações com os/as cotistas promovem um mapeamento e a identificação das dificuldades e dos limites do PAA da UDESC. As perguntas que o/as pesquisador/as colocam a partir dessas problemáticas são: “O que causa a desistência destes estudantes optantes por ações afirmativas? Quais ações precisam ser implementadas no projeto ERAA para auxiliar na permanência destes estudantes?” (CARDOSO, 2015, p. 491).

Doravante estas experiências acumuladas do projeto, podemos perceber em 2016 a organização do I Simpósio de Ações Afirmativas da UDESC: Experiências de Alunos/as Afrodescendentes e Indígenas na Graduação²² (Cod. 5). O evento evidenciou não apenas o protagonismo de estudantes negros/as mas também o quanto a universidade se altera com a presença destes. Corroborando com este debate o registro em vídeo (Cod. 4) produzido no âmbito da disciplina Prática Curricular: Imagem e Som II, do curso de graduação em História²³, que trouxe depoimentos importantes de integrantes da Comissão Especial, cotistas e bolsistas do NEAB/UDESC.

²¹ São algumas delas: a comunicação via redes sociais; programas de rádio; grupos de estudo e palestras com as temáticas “Ações Afirmativas”, “Relações étnico-raciais” e “Sexualidade”; recepção aos/as calouros/as; levantamento de dados via questionários socioeconômicos; apresentação do projeto em eventos; sistematização dos dados sobre permanência e desistência de estudantes cotistas na UDESC.

²² “O objetivo era constituir um espaço de divulgação, discussão, apresentação, avaliação e debate sobre ações e propostas em prol das experiências com pesquisa, ensino, extensão de alunos/as afrodescendentes e indígenas de graduação. O intuito era possibilitar que o evento colocasse em discussão os desafios e as novas perspectivas para se pesquisar e produzir conhecimento em Ciências Sociais e Humanas, no campo da História e da Educação, referente às ações afirmativas, educação das relações étnico-raciais, história de África, quilombolas e indígenas. Para isso, foram realizadas conferências e sessões de comunicações orais coordenadas a partir de eixos temáticos.” Informações disponíveis em: <http://1simposioacoesafir.wix.com/isimpacoesafirmudesc>. Acesso em: 16 nov. 2020.

²³ Curso oferecido pelo Centro de Ciências Humanas e da Educação-FAED da UDESC.

A produção mais robusta sobre o tema concentra-se no ano de 2017, com destaque para o trabalho de conclusão de curso em Administração Pública²⁴ (Cod. 6). O ponto fundamental que gostaríamos de destacar em relação a este conjunto de estudos produzidos em 2017 é seu lugar na avaliação e na melhoria do PAA.

As ações afirmativas são definidas enquanto um conjunto de medidas de reparação das desigualdades, visão que qualifica o debate na medida em que não restringe as ações afirmativas às chamadas cotas nas universidades. O entendimento neste sentido é mais amplo, pois as AA são vistas como uma política pública que se apresenta em três aspectos: formulação, implementação e avaliação. Sobre a formulação da política, Santos (2020, p. 58) apresenta que “ao se adotar a decisão central da política, está sendo determinado o caminho para a solução do problema que a originou [...]”. Já a implementação, é o planejamento e a organização de todos os recursos que possam concatenar o que se idealizou com as ações operacionais do dia a dia. E os momentos de avaliação e/ou acompanhamento garantem não só a aplicação correta da política, mas também a possibilidade de melhorias e ajustes necessários para que alcance seu objetivo (BRETERNITZ, 2017; SANTOS, 2020).

O acompanhamento e a permanência são pilares da política institucional da *UDESC*, pois estes têm a força de garantir o sucesso do PAA. Através do suporte financeiro e pedagógico os/as estudantes conseguem permanecer na universidade. Especialmente no que diz respeito ao suporte pedagógico, o NEAB/*UDESC* mostra-se importante, pois, com o projeto de extensão ERAA, que hoje se apresenta como Observatório de Políticas de Ações Afirmativas-OPAAS, foi possível prestar esse atendimento, especialmente aos estudantes cotistas.

O texto sobre o Programa Memorial Antonieta de Barros (Cod. 10) também se atenta ao impacto das ações do NEAB, que contribuiu para o cumprimento das Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08, visando o “combate ao racismo por meio de iniciativas que promovem a diversidade

²⁴ Curso oferecido pelo Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas-ESAG da *UDESC*.

étnico-racial tanto nos currículos escolares como no ambiente universitário/escolar” (CARDOSO, 2017d), sendo o próprio programa de extensão uma ação afirmativa da *UDESC*.

Outro aspecto importante presente nos demais textos é em relação a uma parte indispensável da política pública, referente ao processo de avaliação. Breternitz (2017) discute que a resolução que estabelece o PAA indica a necessidade de avaliação após os primeiros cinco anos, o que não havia sido feito até a produção de seu trabalho de conclusão de curso. A mesma resolução propõe a criação de um banco de dados com as informações de ingresso e aproveitamento acadêmico de estudantes cotistas para subsidiar a ampliação e melhoria do PAA. Ainda, há nela a indicação “de uma Comissão Institucional para acompanhar e avaliar o programa” (BRETERNITZ, 2017, p. 28) que, segundo a autora, “suas atividades não foram encontradas nas documentações analisadas” (BRETERNITZ, 2017, p. 28). Os documentos analisados pela autora também apontam para a inexistência de atividades de acompanhamento e monitoramento:

[...] deste modo às ações que envolvem o programa foram diluídas para órgãos da instituição que possuem seus objetivos operacionais mais próximos de tais ações, e o que nenhum órgão conseguiu absorver fica sobre responsabilidade operacional da Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE) composta por uma equipe enxuta demais para a demanda de trabalho que somente este programa demanda. Deste modo um órgão que deveria estar construindo estratégias para aprimorar o programa da instituição está assoberbado operacionalizando ações do mesmo. Esta é talvez seja a barreira mais intensa encontrada para o desenvolvimento do programa. (BRETERNITZ, 2017, p. 29).

O Trabalho de Conclusão de Curso de Breternitz possibilitou analisar como a Política de Inclusão e o PAA da *UDESC* foram operacionalizados e acompanhados. Suas considerações sinalizam que as ações afirmativas na *UDESC* se efetuam enquanto uma política pública, mas não são executadas e mantidas como tal, trazendo uma característica de “ação puramente administrativa” que deve ser executada, considerando, as resoluções existentes. A *UDESC* não mobiliza a política e o PAA “como uma ação que deve ser monitorada” (BRETERNITZ, 2017), avaliada e ampliada. Segundo as premissas trazidas pela própria comissão especial, o PAA seria uma forma significativa de

“trazer para a universidade a diversidade que existe na sociedade, ampliando a oportunidade de acesso à universidade para egressos do ensino público, negros e indígenas” (UDESC, 2009).

A análise de Breternitz oportuniza compreender que a *UDESC* avança em suas ações afirmativas à medida que garante a oportunidade de acesso aos estudantes oriundos de instituições públicas e das populações negras, entretanto, o acompanhamento e o monitoramento, que permitem um processo de melhoria e ampliação da política, não são realizados ou seus registros são inexistentes. Essa dimensão conduz à concordância em relação à problematização sobre os esforços da instituição “em torno destas ações e de tantas outras que não viabilizam a inexistência do PAA e inviabilizam o cumprimento de objetivos do programa” (BRETERNITZ, 2017, p. 29).

Nos textos (Cod. 7 e 11) podemos perceber que os desafios são maiores do que a questão das cotas e se expressam em dificuldades conjunturais, especialmente após o golpe de 2016. O ataque à democracia obstaculiza a criação de estratégias para ampliação e avaliação das AA nas IES. Por este motivo os trabalhos analisados são tão enfáticos ao apontar que a *UDESC* precisa cumprir sua função social e indicar para seus pares que tipo de sociedade ela quer refletir. Segundo Cardoso (2017e, p. 33), a branquitude torna-se um obstáculo aos avanços democráticos, em especial para as políticas de igualdade. Quatro anos depois da publicação de Cardoso podemos confirmar o que o autor afirma, observando a crise humanitária, sanitária e política em que vivemos em tempos de pandemia.

Com o olhar atento para estas dificuldades, desafios e limitações, os/as pesquisadores/as envolvidos nas obras analisadas propõem projetos de pesquisa (Cod. 8)²⁵ e participam de eventos (Cod. 9)²⁶ nos quais é possível fortalecer e ampliar as políticas de AA para o acesso, a permanência e

²⁵ Projeto de Pesquisa desenvolvido pelo grupo Multiculturalismo: Estudos Africanos e da Diáspora, um desdobramento do projeto de extensão Observatório de Políticas de Ações Afirmativas, do NEAB/UDESC, objetivando uma análise da implementação do PAA e contribuindo para o aprimoramento e o aprofundamento da política na UDESC. Evento VI SERNEGRA ocorre em 2017, anais publicados em 2019.

²⁶ O III Congresso de Pesquisadores Negros/as da Região Sul objetivou promover a divulgação da produção científica, tecnológica e cultural sobre desenvolvimento, patrimônio e cultura afro-brasileira, incentivando a inovação e a geração de conhecimentos e a troca entre pesquisadores(as) e estudantes de ensino médio, graduação, pós-graduação e movimentos

o bom desempenho de estudantes negros (SILVA, 2018). A adoção das políticas de AA não esteve articulada com a criação de estruturas e gestão administrativa para garantir o sucesso do PAA da UDESC (Cod. 12)²⁷.

Registramos ainda, um último trabalho de 2019 (Cod. 13), que objetiva refletir sobre as ações de assistência estudantil da UDESC. Nele, a autora observa que a instituição “vêm aumentando e aperfeiçoando suas ações com relação à assistência estudantil” (INÁCIO, 2019, p. 1), reconhecendo como principal entrave a questão de recursos. Inácio destaca a criação e a importância do CAE-Coordenadoria de Assuntos Estudantis, em 2016, “pois concentrou em um único local, atendimento aos estudantes com relação a acesso, permanência estudantil, desempenho acadêmico, cultura, saúde e também desporto” (INÁCIO, 2019, p. 9). Atualmente a instituição possui o Programa de Auxílio Financeiro aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica - PRAFE.²⁸ O texto ainda aponta para o planejamento futuro da UDESC, pois segundo a autora, em 2019 ocorreram discussões com a comunidade acadêmica para elaboração e normatização das Políticas de Assuntos Estudantis-PAE.

A política de assuntos estudantis que vem sendo construída e que será composta por um conjunto de programas que envolvem pagamentos de auxílios, bolsas acadêmicas, ações e serviços acadêmicos das diferentes áreas da assistência estudantil, mostra uma indicação da universidade a tornar-se mais eficiente com relação não só a aplicação de recursos, como também trabalhar em áreas que permitirão dar subsídios aos acadêmicos para não só acessarem, mas também finalizarem seus estudos. (INÁCIO, 2019, p. 11)

Após apresentar os aspectos principais dos materiais analisados, conforme Quadro 1, passamos para as escolhas temáticas recorrentes nestes trabalhos. De modo geral, eles problematizam o mérito, o histórico das ações afirmativas no Brasil, o mito da democracia racial, a mestiçagem, as

antirracistas do Brasil e do Cone Sul. Consultar: https://www.sympla.com.br/iii-copene-sul_120785. Acesso em: 20 abr. 2021.

²⁷ Trabalho apresentado no IV Colóquio Internacional Esial, em especial a mesa Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes: Perspectivas de gênero, em que estudantes e gestores universitários puderam compartilhar experiências, avaliar ações e refletir sobre os desafios a enfrentar.

²⁸ O Programa possui auxílios como: alimentação, moradia, transporte, emergencial e subsídio refeição.

desigualdades socioeconômicas e étnico-raciais. Chama atenção para as implicações ou relações entre mérito, escola pública, desigualdade e acesso ao Ensino Superior, indicando que existem contrapontos no entendimento das ações afirmativas que precisam ser superadas.

Em relação ao histórico da implantação das ações afirmativas, os trabalhos se conectam ao debate efetuado em nível transnacional, apontando as experiências de luta dos movimentos negros, de mulheres, indígenas e demais grupos historicamente discriminados e/ou marginalizados socialmente. É frisado que as desigualdades raciais, e mesmo as socioeconômicas, são resultado de um processo histórico e sociocultural, no sentido de que a colonização baseada em uma economia escravista criou as condições de desigualdades que vivemos, e, portanto, impactam negativamente as populações não brancas. Os estudos indicam também as outras formas de discriminação que geram desigualdades, como gênero, orientação sexual, compleição física e origem.

Ao discutirem a desigualdade socioeconômica no Brasil apontam, através de estudos, os altos índices de pobreza no país e a concentração de renda. “O Brasil, por sua vez, é o país com o maior grau de desigualdade com a renda média dos 10% mais ricos representando 28 vezes a renda média dos 40% mais pobres” (UDESC, 2009, p. 7). Neste aspecto, temos informações importantes para discutir como o Brasil tem atuado para garantir justiça distributiva.

Os materiais também refletem sobre a desigualdade étnico-racial no Brasil, narrando que após a abolição da escravatura não houve no país qualquer medida que pudesse erradicar os efeitos da escravidão: “embora no país não houvesse leis de segregação racial, os negros não tiveram iguais oportunidades de acesso à educação, saúde, trabalho, enfim, cidadania” (UDESC, 2009, p. 7). Com isto, temos hoje na sociedade brasileira diversos mecanismos de exclusão social, o que torna a desigualdade étnico-racial ainda mais intensa do que a socioeconômica. Além disso, as relações raciais no Brasil são construídas a partir de uma ideia de mestiçagem e democracia racial, cujo impacto mostra-se em nossa dificuldade para entender e discutir sobre preconceito, discriminação e racismo (CARDOSO, 2017a; UDESC, 2009).

As concepções das políticas de AA nos trabalhos analisados demonstram que os/as pesquisadores/as compreendem que as cotas são uma modalidade de ações afirmativas direcionadas ao Ensino Superior, devendo ser implementadas junto a outras ações afirmativas no âmbito do estado, mas que a universidade cumprirá com seu papel na redução da desigualdade socioeconômica e étnico-racial (UDESC, 2009). A comissão especial compreende que,

As ações afirmativas constituem-se num conjunto de políticas públicas que visam a possibilitar igualdade de oportunidades no acesso de grupos discriminados por raça, cor, sexo, classe social e origem nacional à educação, ao mercado de trabalho e a um conjunto de oportunidades sociais, conforme a representação desses segmentos na sociedade. Nesse sentido, as ações afirmativas são medidas compensatórias, propostas por um período determinado de tempo até que o objetivo de igualdade de oportunidades seja atingido. [...] os objetivos das ações afirmativas são promover a igualdade de tratamento e de oportunidades contribuindo de maneira efetiva para a eliminação do preconceito racial, sexual entre outros. (UDESC, 2009, p. 1)

Podemos perceber no texto que a definição da comissão tem como base as ideias propostas pelo professor Valter Silvério e o jurista Joaquim Barbosa²⁹. Estes definem ações afirmativas como um conjunto de ações direcionadas a grupos discriminados e constituem políticas públicas para concretizar a igualdade material e mitigar efeitos discriminatórios.

Considerações Finais

As reflexões apresentadas neste estudo são introdutórias e oriundas de um movimento de coletivos que desejam contribuir para discussões e proposições de políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras. Nosso desafio de pesquisa ficou amplo e impossibilitado de abranger sua totalidade nestas vinte páginas de artigo, sendo aqui um recorte desse debate e das análises.

Ao produzirmos um Estado da Arte não pretendemos esgotar o tema, mas dar um passo inicial na sistematização e na publicização do que vem sendo investigado e debatido no acerca das ações afirmativas na UDESC. Igualmente, ao analisar o conjunto dos diferentes materiais, por serem de diferentes formatos, não nos atentamos a indicar lacunas pontuais presentes nestas produções de

²⁹ Esta referência aos autores aparece no documento intitulado “Justificativas para a implantação de uma política de ação afirmativa na UDESC”, produzido pela Comissão Especial da UDESC.

conhecimento, no entanto, salta aos olhos, poucos trabalhos a nível de graduação (TCCs) e a ausência de produção a nível de pós-graduação (dissertações e teses) com tema ou objeto específico AA na UDESC.

Optando por abordagens teóricas e metodológicas que privilegiam uma apresentação descritiva, explicativa, qualitativa e quantitativa, os balanços apontados têm um recorte temporal entre 2008 e 2019, nos quais os/as autores/as de evidenciam que a universidade catarinense poderia ter avançado em alguns aspectos, visto que quando a Lei Federal 12.711/2012 foi promulgada, a UDESC já havia implementado seu sistema de cotas. Na data de publicação deste artigo, contudo, alguns aspectos ainda não avançaram, como a discussão sobre políticas afirmativas para quilombolas e indígenas, ou processos seletivos específicos a esses grupos historicamente excluídos.

Como constatado em suas considerações, esses autores e autoras indicam a necessidade de ampliação do acesso e da permanência, sendo um dos caminhos para alcançar este objetivo o investimento em monitoramento e avaliação da política de AA. Para isso o PAA precisa de financiamento e pessoal para “sistematizar dados sobre retenção, abandono e índices de aproveitamento de estudantes optantes e não optantes” (CARDOSO, 2017a, p. 198). Logo, é fundamental a disponibilização destes dados para a comunidade acadêmica e a mensuração dos mesmos em trabalhos que possam colaborar com a administração central, no diagnóstico da eficácia ou não das ações empregadas. Estas medidas sinalizam para uma melhoria contínua que, por sua vez, garantirá que a universidade cumpra seu papel (BRETERNITZ, 2017).

Seguimos atentas a dificuldades e desafios do caminho, dando continuidade com a pesquisa, sem pausa diante deste momento tão difícil e delicado que estamos vivendo, procurando promover mais discussões e encaminhamentos a partir dos dados coletados e analisados.

Referências

- BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRETERNITZ, Lourdes Daiana Ferriol. **Análise do Programa de Ações Afirmativas da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) - 2007 A 2017**. 2017. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso Administração Pública. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. 2017.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; LIMA, Graziela dos Santos; PACHECO, Ana Júlia. O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB/UDESC): 10 anos de história. In: SANTANA, Moisés; COELHO, Wilma de Nazaré Baía; CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco (Orgs.). **O enfrentamento do racismo e preconceito no Brasil: a experiência dos NEABs**. Itajaí (SC): Casa Aberta, 2014.

CARDOSO, Paulino de Jesus F. **Educação e Cidadania** de 03.10.2009 - 2º Bloco. YOUTUBE. Canal: Educação e Cidadania News. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lgsvOaVvPsY>. Acesso em: 06 maio 2020.

CARDOSO, Paulino de Jesus F. et al. Espaço de referência ações afirmativas (ERAA): projeto de suporte aos alunos cotistas da Universidade do Estado de Santa Catarina. In: Cuartas Jornadas de Estudios Afrolatinoamericanos del GEALA, 2015, Buenos Aires. **Estudios Afrolatinoamericanos 2 Actas de las Cuartas Jornadas del GEALA**. Buenos Aires: Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones del CCC Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorin, 2015. v. 02. p. 483-493.

CARDOSO, Paulino de Jesus F. et al. Muito além do vestibular: a política de acolhimento de estudantes cotistas na UDESC. **Estudios Afrolatinoamericanos**. Actas de las Quintas Jornadas del GEALA. 2017a. Disponível em: <https://geala.files.wordpress.com/2017/10/actas-v-jornadas-geala.pdf> Acesso em: 15 maio 2020.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; RIEG, Daniela; DONEDA, João Victor Jung. **AÇÕES AFIRMATIVAS NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: A EXPERIÊNCIA DA UDESC (2011 - 2016)**. 2017b. In: Anais da **VI Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça** - SERNEGRA. Anais...Gaspar(SC) IFSC, 2019. Disponível em: <[https://www.even3.com.br/anais/sernegra2017/69679-ACOES-AFIRMATIVAS-NO-ACESSO-A-O-ENSINO-SUPERIOR-PUBLICO--A-EXPERIENCIA-DA-UDESC-\(2011---2016\)>](https://www.even3.com.br/anais/sernegra2017/69679-ACOES-AFIRMATIVAS-NO-ACESSO-A-O-ENSINO-SUPERIOR-PUBLICO--A-EXPERIENCIA-DA-UDESC-(2011---2016)>). Acesso em: 22 mar. 2021.

CARDOSO, Paulino de Jesus F. et al. Mesa-Redonda: **Ações afirmativas: balanços e projeções**. IICOPENESUL. 2017c. Disponível em: <https://www.abpn.org.br/memorias-copenes> Acesso em: 22 janeiro 2021

CARDOSO, Paulino de Jesus F. et al. Memorial Antonieta de Barros: **A Experiência de Iniciativas de Promoção da Igualdade Racial Por Meio de Projetos de Extensão Universitária**. 35º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul-SEURS. 2017d. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/2018/03/06/anais-do-35-seurs/> Acesso em: 08 jun. 2020.

CARDOSO, P. J. F. As ações afirmativas e os desafios da luta pela igualdade na conjuntura atual. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 19, n. 40, p. 33-42, jan./abr. 2017e. DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v19i40.3740> Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3740> Acesso em: 30 julho 2020.

CARVALHO, Emanuel Manguiera de. **Ações afirmativas no ensino superior: a produção acadêmica nas Universidades Estaduais Paulistas de 1990 a 2012**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2014.

_____. **A produção do conhecimento sobre ações afirmativas nos programas de pós-graduação no Brasil: balanços e perspectivas**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas-SP, 2019.

DAFLON, Verônica Toste; FERES Júnior, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 43, p. 302-327, 2013.

FAEDO, Juliane Yukie Yamamoto Faedo; Yamamoto, Viviane Suemi; LOPES-JESUS, José Carlos de. Ações Afirmativas no Brasil: uma pesquisa bibliométrica. **Desafio Online**, Campo Grande, v.5, n.3, Set./Dez. 2017.

FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., and VENTURINI, A.C. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p. Sociedade e política collection. ISBN: 978-65-990364-7-7. <https://doi.org/10.7476/9786599036477>.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 4º Ed. São Paulo: Atlas, 2002

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento social de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

INÁCIO, Ana Elise Cardoso. As Ações de Apoio Estudantil da Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC. **XIX Col. Internacional Gestão Universitária**. Florianópolis/SC. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201764> Acesso em: 20 jan. 2021.

KIM, Richard Pae. TOMMASIELO, Flávia Carneiro. A produção acadêmica jurídica sobre as Ações Afirmativas no Brasil (2013 a 2016): teses e dissertações sob a ótica dos direitos humanos e fundamentais. **Revista de Direito Brasileira**, São Paulo, SP v. 19, Jan./Abr, 2018.

PAIVA, Angela Randolpho. **Entre dados e fatos: Ação Afirmativa nas universidades públicas brasileiras**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Pallas Ed., 2010.

POLETO, Daniela Basso; EFROM, Cora; RODRIGUES, Maria Beatriz. Ações Afirmativas no Ensino Superior: revisão quantitativa e qualitativa de literatura. **Revista Electrónica Educare** (Educare Electronic Journal) Vol. 24(1) enero-abril, 2020.

SANTANA, Leila Lima de Souza; MACIEL, Carina Elisabeth. 'Estado do Conhecimento' sobre acesso e permanência na Educação Superior e o Programa Incluir. In: **XII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-oeste**: Reunião Científica Regional da ANPED, Goiânia-GO, 2014.

SANTOS, Adilson Pereira dos. **Gestão Universitária e a Lei de Cotas**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2020.

SILVA, Cristiane Mare. et al. Entre o racismo e o sexismo: Mulheres afrodescendentes e as ações afirmativas em uma instituição de ensino superior de Santa Catarina, Brasil. In.: MATO, Daniel (Org). **Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina**. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333224100_Educacion_Superior_y_Pueblos_Indigenas_y_Afrodescendientes_en_America_Latina_Tendencias_tensiones_y_desafios_propuestas_para_continuar_avanzando Acesso em: 10 ago. 2020.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; BORBA, Carolina dos Anjos de Borba. Políticas Afirmativas na Pesquisa Educacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 151-191, maio/jun. 2018.

THIJM, Franklin Eduard Auad, **O que dizem teses e dissertações sobre relações raciais em educação (2004-2013)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2014.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Resolução nº 017, 21 de março de 2011**. Altera o Programa de Ações Afirmativas da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, aprovado pela Resolução nº 33/2010 – CONSUNI. Disponível em: <http://secon.udesc.br/consuni/resol-html/2009/017-2009-cni.htm>. Acesso em: 28 out. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **I Simpósio de Ações Afirmativas da UDESC: Experiências de Alunos/as Afrodescendentes e Indígenas na Graduação**. 2016. Disponível em: <https://1simposioacoesafir.wixsite.com/isimpacoesafirmudesc> Acesso em: 10 out. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Justificativas Para A Implantação De Uma Política De Ação Afirmativa Na Udesc**. 2009. Disponível em: <http://secon.udesc.br/consuni/pautas/plenario/2009/09-07-2009/propostas/Acoes%20afirmativas%20da%20UDESC.pdf> Acesso em: 02 abr. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Por que Cotas? Políticas de ações afirmativas nas universidades**. 2016. YOUTUBE. Canal: Kelly C. Noll da Silva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Jw2zld2PZ0Q> Acesso em: 05 jan. 2021.